

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Sábado, 16, e segunda-feira, 18 de abril de 1994

DIRETORIA

Diretor Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Executivos
Dirceu Brisola
Luiz Augusto de Castro
Roberto de Souza Ayres

Página 4

É extremamente arriscado determinar precisamente uma data como o marco do início ou do fim de um ciclo econômico. Simbolicamente, porém, poderíamos dizer que um ciclo da história econômica brasileira recente encerrou-se na última sexta-feira com a assinatura do acordo com os bancos credores internacionais para reescalonamento de uma parcela substancial de US\$ 52 bilhões de nossa dívida externa.

O ciclo que agora chega ao fim começou em agosto/setembro de 1982, na sequência da moratória decretada pela Argentina e, em seguida, pelo México. O Brasil — cujos técnicos se orgulhavam do perfil de nossa dívida externa e do rigoroso controle que sobre ela mantinham — pensava ser “um país diferente” e que escaparia das vicissitudes dos outros grandes devedores latino-americanos. A reunião do Fundo Monetário Internacional, realizada naquele ano em Toronto (Canadá), matou essas ilusões. Os fluxos de recursos externos para o País de repente cessaram e a política anterior de desenvolvimento com base no endividamento externo claramente esgotou-se.

Não vamos recapitular a longa história do

Fim de um ciclo; uma nova etapa se esboça

relacionamento do Brasil com os bancos credores e com as instituições internacionais, notadamente o FMI, ao qual, nestes catorze anos, o Brasil endereçou dez cartas de intenções, nenhuma delas cumprida. Basta dizer que foi um período duríssimo para o País, levando-o a conhecer períodos de recessão inteiramente estranhos a seus hábitos e a suas expectativas. A década de 80 não foi perdida sob vários aspectos, em particular o político-institucional. Foi também durante o percurso daquela montanha-russa que se desencadeou uma reação de forças econômicas internas, sob o impulso do setor privado.

Não que o acordo com os bancos credores privados represente o remédio cabal para nossos males. Mas não deixa de ser significativa a verdadeira remontagem por que passou a economia brasileira nos últimos anos, permitindo que se chegasse a esse entendimento com os bancos sem a chancela do FMI e sem que o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos tivesse de emitir uma série especial de bônus que serviriam de lastro para a

troca da dívida velha pela nova. O Brasil adquiriu reservas suficientes para bancar por si mesmo as garantias previstas até que possa, finalmente, chegar a um acordo definitivo com o FMI.

Há, certamente, um prejuízo financeiro aí e a teimosia da família Dart em não participar do acerto, obrigando o País a tomar medidas cautelares, pode criar outros ônus. Apesar disso, estamos convencidos de que o governo brasileiro agiu com clarividência ao afastar de nossos horizontes a questão da dívida externa que tanto nos atormentou e que significava, até bem pouco tempo, um fator de estrangulamento à aspiração nacional de crescer.

As circunstâncias impeliram o Brasil a buscar a saída mais difícil, mas que pode ser a mais gratificante, estando perfeitamente claro que o País deseja manter relações abertas com a comunidade financeira internacional. Provou igualmente o governo a sua determinação de encaminhar o País para uma nova etapa de desenvolvimento.

A assinatura do acordo com os bancos credores não poderia, nem mesmo simbolicamente, ser tida como o marco de uma reciclagem se não estivesse o governo empenhado na execução de um programa sério e confiável de estabilização. Novamente, o País se viu diante da inevitabilidade de levá-lo a efeito pelo caminho mais árduo, mantendo-se estritamente dentro dos cânones do regime democrático.

Acreditamos que esta é uma continência histórica feliz, pois coloca o Brasil a salvo de tutelas de grupos, quer organizados como forças armadas quer como partidos políticos hegemônicos.

O País está hoje livre para cumprir a vontade do povo. E essa vontade, politicamente traduzida como vem sendo, apesar dos obstáculos, há de permitir que construamos uma sociedade mais justa. Com a economia estabilizada, poderemos enfrentar com firmeza as graves distorções na distribuição de renda e as tão flagrantes disparidades regionais de desenvolvimento. Tendo-nos livrado do mais denso cipoal da dívida externa, sentimos mais que alívio. As nossas esperanças se fortalecem.